

OS SUJEITOS DO TRABALHO E A EXPROPRIAÇÃO DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS NO SÉCULO XXI¹

THE SUBJECTS OF WORK AND THE EXPROPRIATION OF CONSTITUTIONAL RIGHTS IN THE 21ST CENTURY

LOS SUJETOS DEL TRABAJO Y LA EXPROPIACIÓN DE LOS DERECHOS CONSTITUCIONALES DEL SIGLO XXI

Renatha Cândida da Cruz²

renatha.cruz@ifg.edu.br

Marcelo Rodrigues Mendonça

ufgmendonca@gmail.com³

RESUMO: O Brasil do século XXI apresentou, até agora, diferentes nuances da nova morfologia do trabalho. Os sujeitos do trabalho, os quais conviveram com o aumento do emprego formal na primeira década do século, adentram os dez anos subsequentes com precarizadas de trabalho, distanciando-se dos direitos trabalhistas e previdenciários. Conviveram também com uma série de discursos com o objetivo de fortalecer as políticas neoliberais no país, dentre as quais destacamos a associação do aumento da renda do trabalho à formação de uma “nova classe média”, identificado como estratégia para expropriação de direitos e políticas públicas. Este artigo propõe a compreensão das formas de acumulação atuais na perspectiva da expropriação dos direitos constitucionais direcionados aos sujeitos do trabalho, tendo como base os residentes na Região Metropolitana de Goiânia em 2017. Problematizamos, então, a efetivação do capital no Brasil atual e as manifestações dos direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal, a exemplo do trabalho e da previdência social, na perspectiva da análise geográfica, provocando o debate acerca dos grupos hegemônicos, dos discursos que têm por objetivo a manipulação da classe trabalhadora e das estratégias para a manutenção e controle do poder no país.

Palavras-chave: Precarização. Expropriação. Direitos. Trabalho.

ABSTRACT: Brazil in the 21st century has presented, until now, different nuances of the new morphology of the work. The subjects of work, who lived with the increase in formal employment in the first decade of the century, enter the subsequent ten years with precarious forms of work, distancing themselves from labor and social security rights. They also lived with a series of discourse with the objective of strengthening neoliberal policies in the country, among which we highlight the association of the increase in income from work with the formation of a “new middle class”,

¹ Esse artigo é um resultado da tese de doutorado em Geografia: “Os sujeitos do trabalho mitificados pela apropriação da concepção de nova classe média: contrarreformas, perda de direitos e desafios para a classe trabalhadora”, defendida em maio de 2020 no Instituto de Estudos Socioambientais – IESA da Universidade Federal de Goiás.

² Doutora em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás – IESA da Universidade Federal de Goiás. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) Câmpus Uruaçu.

³ Professor Doutor nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG.

identified as a strategy for the expropriation of rights and public policies. This article proposes an understanding of the current forms of accumulation in the perspective of the expropriation of constitutional rights directed, at the subjects of work, based on residents in the Metropolitan Region of Goiânia in 2017. We problematize the realization of capital in Brazil today and the manifestations fundamental rights enshrined in the Federal Constitution, like work and social security, from the perspective of geographic analysis, provoking a debate about hegemonic groups, discourses aimed at manipulating the working class and strategies for maintaining and controlling of power in the country.

Keywords: Precariousness. Expropriation. Rights. Job.

RESUMEN: El Brasil del siglo XXI presentó, hasta ahora, distintos matices de la nueva morfología del trabajo. Los sujetos del trabajo, los cuales convivieron con el aumento del empleo formal (debidamente autorizado y registrado en Brasil) en la primera década del siglo, adentran a los diez años subsecuentes con formas de trabajo precarias, distanciándose de los derechos de trabajo y de seguridad social. También convivieron con una serie de discursos con el objetivo de fortalecer las políticas neoliberales en el país, entre los que destacamos la asociación del aumento de los ingresos del trabajo con la formación de una “nueva clase media”, identificada como una estrategia para la expropiación de derechos y políticas públicas. El presente artículo propone la comprensión de las formas de acumulación actuales, en la perspectiva de la expropiación de los derechos constitucionales destinados a los sujetos del trabajo, teniendo como base los residentes en la Región Metropolitana de Goiânia en 2017. Problematizamos, entonces, la efectuación del capital en el Brasil actual y las manifestaciones de los derechos fundamentales asegurados en la Constitución Federal, a ejemplo del trabajo y de la seguridad social, en la perspectiva del análisis geográfico, provocando el debate a respeto de los grupos hegemónicos, de los discursos que tienen por objetivo la manipulación de la clase trabajadora y de las estrategias para la manutención y control del poder en el país.

Palabras clave: Precariedad. Expropiación. Derechos. Trabajo.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo discutir as nuances da nova morfologia do trabalho em relação ao sistema capitalista de produção, os desdobramentos da concentração do poder, a expropriação de direitos no espaço geográfico, nas políticas públicas e a precarização. Buscamos ainda a problematização dos “assuntos estratégicos” presentes em documentos oficiais, a partir dos Cadernos “Vozes da Nova Classe Média”, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR).

Esses caminhos metodológicos nos permitem analisar as condições de vida, de trabalho, as desigualdades socioespaciais e de moradia, a segregação, bem como a precarização do trabalho e da vida dos residentes na Região Metropolitana de Goiânia entrevistados em 2017, com a finalidade de desconstruir o conceito de “nova classe média” difundido pela SAE/PR em 2012.

Para tanto, neste artigo analisaremos alguns discursos que buscam a captura da subjetividade da classe trabalhadora, dentre eles a afirmação do surgimento de uma “nova classe média”. Tais discursos, em nossa leitura, corroboram para a efetivação de políticas neoliberais no país e para a expropriação dos direitos constitucionais que impactam os sujeitos do trabalho, a exemplo da aprovação das contrarreformas trabalhista (2017) e previdenciária (2019). Assim, nesta análise nos propomos a relacionar os discursos, suas materialidades, os impactos na vida dos sujeitos do trabalho e a dinâmica socioespacial decorrente dessa téttrade de fatores.

OS SUJEITOS DO TRABALHO E O SISTEMA CAPITALISTA NO SÉCULO XXI

A fragmentação, a diferenciação e mesmo a segregação ocupacional associada às novas formas de apropriação, a partir da terceirização, dos postos temporários e da subcontratação, postulam indícios de uma mudança no mundo do trabalho, sendo o panorama do aprofundamento da precarização. Muito além da precarização do trabalho, como ato da atual dinâmica do capital globalizado, há ainda a intensificação das práticas que controlam e precarizam a vida, sobretudo, dos despossuídos dos meios de produção. O trabalho e as condições de existência dos sujeitos foram metamorfoseados em mercadoria, inclusive a força de trabalho e o tempo. Tal mercadoria se corporifica como resultado da expropriação dos trabalhadores dos meios de produção e do progressivo distanciamento das condições que propiciam a autonomia. Para Mészáros (2006) há intrínseca relação entre a força de trabalho e a própria vida do trabalhador, ou seja, o trabalhador para garantir as condições materiais para viver.

Os conhecimentos desses sujeitos estão vinculados à terra e, quando expropriados dela, buscam trabalhos urbanos aos quais são considerados “desqualificados”, “inaptos” e “atrasados”. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) publicou, em 2009, o documento “Consumidores, Produtores e a Nova Classe Média: Miséria, Desigualdade e Determinantes das Classes”, no qual apresenta o país dividido entre “cigarras” e “formigas”, em uma referência à fábula de La Fontaine. Nesta perspectiva, as “cigarras” referem-se aos “consumidores” que esperam e dependem dos “produtores”, ou seja, das “formigas”. A Secretaria de Assuntos da Presidência da República (SAE/PR) publicou em 2012 e 2013 um conjunto de documentos que celebrava a formação de uma “nova classe média” no país, a

partir de uma análise da renda média e do consumo das famílias brasileiras. Entendemos esses estudos, das “cigarras” e “formigas” e da “nova classe média”, como importantes para a compreensão da apropriação de discursos pelos sujeitos do trabalho com a finalidade de expropriação de direitos constitucionais.

Os sujeitos do trabalho são os proletários que, despossuídos dos meios de produção, vendem sua força produtiva para a obtenção de valores que garantam as condições de existência próprias e daqueles que se vinculam a eles. Somam-se a estes os sujeitos que, mesmo como certa autonomia, são impactados pelas lógicas de expropriação e fragmentação do sistema econômico vigente. Assim, os sujeitos do trabalho pertencem à classe trabalhadora, entendida na atualidade como classe trabalhadora ampliada, a qual congrega proletários envolvidos nas mais variadas formas de trabalho. Nesta perspectiva, a classe trabalhadora ampliada abrange os operários industriais, os assalariados do setor terciário, os trabalhadores rurais, formais, informais, bem como os desempregados e camponeses, por exemplo. Ou seja, é direcionado aos sujeitos do trabalho um conjunto de discursos neoliberais com o objetivo de expropriação de seus direitos, sobretudo constitucionais.

Esse impacto tem por objetivo, dentre outros fatores, maximizar a fragmentação. Os trabalhadores passam por uma série de categorizações e hierarquizações a partir de complexos procedimentos metodológicos e, em grande parte, com base em quantificações que não conseguem compreender as diversidades, as vivências, os aspectos culturais e as demais expressões da coletividade e das resistências. Os mais diferentes caminhos para garantir a existência do sujeito e o seu círculo familiar envolvem o enfrentamento das adversidades projetadas pelo capital.

A resposta para o desemprego estrutural estimulado pela conjuntura atual é produzida por meio de diferentes formas de resistência, dentre elas esta análise. O capital necessita cada vez menos de trabalho estável, daí, por exemplo, a informalidade e o subemprego; produtos do sistema que se tornam estratégias de manutenção da existência dos trabalhadores “avulsos”. Uma vez fora do mercado formal de trabalho, o grupo de desempregados busca formas de manutenção das condições mínimas para a reprodução da vida, sendo a informalidade e o subemprego algumas das opções.

A contrarreforma trabalhista efetivada em 2017, por exemplo, ampliou a possibilidade de tipos de empregos instáveis, informais, subcontratações, terceirizados, dentre outros. Efetivamente, quase três anos após sua aprovação, o desemprego continua a

afetar acima de 10% da população economicamente ativa. Esses dados apenas não são maiores porque são desconsiderados como desempregados milhões de trabalhadores subcontratados, os quais ora recebem baixas remunerações, ora atuam no mercado informal, ora trabalham de forma intermitente, ora são *uberizados*, *pejotizados* e autônomos. Grande parcela dos sujeitos do trabalho está cada vez mais distanciada do acesso à aposentadoria pública, devido a esses fatores, e se associou à aprovação da contrarreforma previdenciária de 2019.

Adotamos o termo *contrarreforma* por entendermos que tais práticas estão vinculadas às estruturas do sistema capitalista, mais especificadamente às políticas neoliberais. As reformas têm relação com as lutas dos grupos subalternizados. Nesse conjunto de intencionalidades estão incluídos os direitos e as garantias fundamentais do artigo sexto da Constituição Federal de 1988. Destacamos abaixo alguns desdobramentos da téttrade que problematizamos neste artigo, ou seja, os discursos, suas materialidades, os impactos na vida dos sujeitos do trabalho e os resultados destes na dinâmica socioespacial brasileira, entre os anos de 2016 e 2019:

a) Educação: há o congelamento dos investimentos em saúde e educação a partir da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 55/241 de 2016 (Emenda Constitucional n. 95 de 15 de dezembro de 2016); edital para aquisição de livros para educação básica sem restrição para erros ortográficos e permissão para propagandas incluindo revisão de contextos históricos, a exemplo da substituição do termo “Golpe Militar” por “Revolução de 1964”; extinção da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA); pressão para obrigatoriedade em registrar estudantes da educação básica cantando o Hino Nacional, fiscalização por comissão especial e imposição de retrocessos nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); ataques incisivos, morais, à educação e aos professores e imposição de cortes nas universidades, além de estímulo aos registros das aulas por parte dos alunos; cortes de bolsas de pesquisa e de investimentos na educação a partir do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); propostas de cobranças de mensalidades na educação pública, nos cursos superiores e na pós-graduação e proposta de parcerias público-privadas, dentre outros.

b) Saúde: congelamento dos investimentos em saúde e educação a partir da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 55/241 de 2016 (Emenda Constitucional n. 95 de 15 de dezembro de 2016); fim do programa Mais Médicos, que contava com parceria dos médicos

cubanos; mudanças na Política de Saúde Mental, Álcool e outras drogas – inclusive permitindo o uso de eletrochoques e internações compulsórias –; posição contrária à orientação da Organização das Nações Unidas (ONU) para a universalização da saúde de mulheres e segurança reprodutiva com retrocessos no debate sobre aborto, debates de gênero, violência obstétrica, por exemplo; redução do Programa Farmácia Popular; retrocesso no debate sobre prevenção à gravidez e doenças sexualmente transmissíveis para adolescentes; retirada da cartilha voltada à saúde da população transexual do Ministério da Saúde; possível desvinculação do Orçamento da União para os investimentos mínimos com saúde; defesa do Ministro da Saúde de que o Sistema Único de Saúde deixe de ser gratuito, dentre outros.

c) Alimentação: impactos na segurança alimentar e nutricional a partir da extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que garantia a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir da Medida Provisória n. 870 de 01 de janeiro de 2019.

d) Trabalho: aprovação da Reforma Trabalhista, a partir da Lei n. 13.467 de junho de 2017, com modificações na jornada de trabalho, nas férias, na contribuição sindical, nas ações judiciais, nos tipos de trabalho – a exemplo do trabalho intermitente, autônomo e home-office–, nos intervalos para almoço, além da permissão à atuação de grávidas e lactantes em ambientes insalubres, por exemplo.

e) Previdência social: aprovação, na Câmara dos Deputados, da Reforma da Previdência, a partir da PEC n. 6 de 2019 (Emenda Constitucional n. 103 de 12 de novembro de 2019), que aumenta o tempo mínimo de contribuição para aposentar, além de impactar no Benefício de Prestação Continuada (BPC) de idosos e pessoas com deficiência, dentre outras modificações. Na atual fase da escrita, o texto e os destaques da PEC precisam ser votados no Senado.

f) Proteção à maternidade e à infância: permissão para trabalho de gestantes em locais insalubres durante a gravidez e lactação, exceto se for em grau máximo; terceirização; possibilidade de jornada de 12/36 horas; propostas de mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); redução da maioridade penal; apoio presidencial ao trabalho infantil; projeto de lei que modifica o Código Brasileiro de Trânsito e permite o trânsito de veículos sem o uso de cadeira de proteção a bebês e crianças.

- g) A assistência aos desamparados: redução do BPC de um salário mínimo para R\$ 400,00 a idosos pobres a partir de 65 anos e sem previsão de reajustes, a partir da Reforma da Previdência de 2019, e chegando a um salário mínimo apenas aos 70 anos; redução do orçamento do Conselho Nacional de Assistência Social, impactando programas como o Bolsa Família e o BPC; ausência de um plano de governo para redução da pobreza, miséria e exclusão social; extinção do Ministério do Desenvolvimento Social.
- h) Moradia: propostas de mudanças no Programa “Minha Casa Minha Vida”, sendo que as faixas que possuem renda bruta mensal de até R\$ 1.600,00, as quais anteriormente podiam financiar até 90% do imóvel, passariam a receber benefícios apenas para serem locatárias e não proprietárias dos imóveis, além do repasse do programa à iniciativa privada.
- i) Lazer: extinção dos Ministérios do Esporte e da Cultura em 2019.

Ao analisarmos o país nos primeiros anos do século XXI, percebemos o uso, em documentos oficiais, de discursos e de instituições com intensa credibilidade no meio acadêmico e social, e seus vínculos com as estratégias de manipulação da opinião pública, sobretudo dos sujeitos do trabalho, visando a efetivar-se a expropriação dos direitos constitucionais. Nota-se que, em linhas gerais, os últimos anos apresentaram aos brasileiros uma imensidade de retrocessos à coletividade e são mais incisivos àqueles que ainda se preocupam com a manutenção de suas condições de existência e possuíam, no mínimo, direitos assegurados na Constituição Federal. É evidente que o sistema capitalista busca incessantemente a manutenção da hegemonia, do controle do trabalho e da acumulação. Para Benko (2003):

Um regime de acumulação designa uma forma de alocação de riquezas sociais criadas que asseguram correspondência mais ou menos bem estabelecida entre as transformações das condições da produção e a evolução da demanda social: esse equilíbrio não é natural. Requer a presença de um ambiente macroinstitucional contendo mais ou menos êxito as transformações econômicas e sociais que o movimento da acumulação traz em seu seio (Benko, 2003, p. 225).

Somam-se a tais intencionalidades o controle da vida a partir da intensificação do trabalho, da inacessibilidade dos serviços básicos, impossibilitando a circulação nas cidades e a busca pelo conhecimento ampliado e crítico – inclusive segregando os sujeitos do acesso aos movimentos de resistência, ao fortalecimento das identidades e ao reconhecimento do valor da ancestralidade.

O redesenho da tríade controle, acumulação e hegemonia, se materializa no tempo e no espaço com características próprias e ressignificadas. Nesse sentido, buscamos

documentos oficiais e de instituições de pesquisas que apontassem para as intencionalidades ligadas às contrarreformas propostas no século XXI, a exemplo da contrarreforma trabalhista (2017) e previdenciária (2019), mas também a expropriação de outros direitos sociais assegurados pela Constituição Federal, como saúde e educação, por exemplo.

ELEMENTOS METODOLÓGICOS

Neste caminhar, destacamos os Cadernos “Vozes da Nova Classe Média”, organizados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) em 2012 e 2013, que são trabalhados como um marco importante nesta dinâmica. Isso porque se tratam de um conjunto de textos que descaracterizam a classe trabalhadora, apresentando os sujeitos como pertencentes a uma “nova classe média” fazendo-a crer que os direitos constitucionais são, na verdade, programas de governo que proporcionaram intenso crescimento econômico individual e coletivo a tal ponto que perderam sua necessidade de continuação.

Outras instituições de pesquisa também pautaram suas reflexões em dados economicistas e apontaram para uma “revolução” no país, segundo a qual a maioria das famílias brasileiras seria de “classe média”, numa estratificação com base em frações de renda, ou seja, aqueles que recebiam, em 2012, entre meio e dois salários mínimos *per capita*. Na perspectiva dos documentos da SAE/PR de 2012 e 2013, as políticas públicas necessitavam ser “repensadas” para a garantia de manutenção do status de classe média, pois o documento explicita que o grupo teria renda suficiente para optar pelos serviços particulares, a exemplo da saúde e da educação, e que esperavam do Estado outro tipo de atenção: a ascensão econômica a partir do consumo.

A fim de desconstruir o conceito da “nova classe média”, iniciamos os debates com um arcabouço teórico e metodológico na perspectiva da ciência geográfica. No primeiro momento, apresentamos as reflexões teóricas sobre conceitos e temas importantes para nossa análise. Em seguida, buscamos caminhos para desconstruir o conceito de classe com base em renda, ou seja, apresentamos a renda como indicador que aponta para a desigualdade, acumulação e reprodução das condições da colonialidade do poder. Por exemplo, para a análise do sistema capitalista de acumulação na perspectiva das classes

sociais, buscamos as reflexões de: Antunes (2015), Bourdieu (1989), Chauí (2012), Lênin (1979), Löwy (1991), Marx (2013), Marx e Engels (1999), Souza (2010), e Thompson (1987).

O terceiro passo consiste em desconstruir a análise desta classe a partir dos sujeitos do trabalho. Para tanto, foram entrevistados 338 sujeitos do trabalho residentes na Região Metropolitana de Goiânia (RMG), os quais, a partir de mapeamento, apresentavam as características atribuídas à “nova classe média”, ou seja, possuíam renda aproximada de meio a dois salários mínimos *per capita*. Ressaltamos que tal metodologia consiste na busca de caminhos que proporcionem a desconstrução do conceito de classe a partir da estratificação de renda, fato que buscamos ressaltar em todos os momentos desta análise.

No questionário elaborado a partir de debates durante as disciplinas do Doutorado em Geografia (2016/2020), foram apresentadas questões sobre o perfil individual e familiar, escolaridade, renda, condições de vida familiar, situação do trabalho e emprego, jornada de trabalho doméstico, condições de saúde, acesso a bens e serviços públicos e particulares, além das condições de lazer e opiniões. A partir de então, nossos caminhos teóricos e metodológicos buscaram relacionar os discursos e materialidades aos impactos na vida dos sujeitos do trabalho, sobretudo a partir da expropriação dos direitos constitucionais, da intensificação do trabalho, da precarização e da captura da subjetividade da classe trabalhadora. Nesta perspectiva, a dinâmica socioespacial derivada dos fatores inerentes à sociedade capitalista, e discutidos neste artigo, é problematizada a partir da desigualdade. Pautamo-nos na Região Metropolitana de Goiânia (RMG) para compreendermos a precarização da vida e do trabalho no século XXI, a exemplo da redução do emprego formal.

SOBRE A SAE/PR

Nos documentos do Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR) são abordados assuntos norteadores às demais pastas do Governo Federal. É com base nestes documentos que pudemos perceber algumas das formas de atuação do capital no país, nas gestões dos governos federais no século XXI. Os documentos não foram encontrados disponíveis na plataforma *online* da Biblioteca Nacional, mas sim em páginas particulares – sendo o seu acesso apenas permitido após a realização de um cadastro. A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) foi criada pela Lei Federal nº 8.028, de

12.04.1990 e passou por reestruturações anuais até a sua extinção com o Decreto Federal nº 5.848, de 18.07.2006.

Um ano depois, surgiu novamente como Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (NAE/PR), com o Decreto nº 6.217, de 04.10.2007, sendo vinculado à Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Em 2008, foi recriada a SAE/PR pela Lei nº 11.754 de 23.08.2008, com a atribuição de atender a pasta Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Secretaria de Relações Institucionais. O Decreto Federal nº 8.151 de 11.12.2013 transfere a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da SAE/PR para a Casa Civil. A SAE/PR tem como função planejar e orientar a Presidência da República quanto aos assuntos que são tratados como relevantes e estratégicos para o país.

No Brasil, a “nova classe média” é definida com base em critérios estipulados por uma comissão da Presidência da República em 2012, a partir da Secretaria de Assuntos Estratégicos. A concepção metodológica para o estabelecimento da “nova classe média” vincula-se à renda *per capita*, que equivale a outros estudos sobre vulnerabilidade social e a parâmetros para concessão de benefícios de políticas públicas federais. A classificação foi realizada em *percentis*⁴ de renda. Nesta análise, adotamos os seguintes documentos:

- SAE/PR (2012a): “Perguntas e respostas sobre a definição da classe média”. Documento com 13 páginas no qual são respondidos questionamentos acerca da motivação, da metodologia, da definição da comissão e da escolha dos dados.
- SAE/PR (2012b): “Comissão para Definição da Classe Média no Brasil”. É um documento com 66 páginas que consolida a nota “A Nova Classe Média Brasileira: desafios que representa para a formulação de políticas públicas”. Apresenta os antecedentes socioeconômicos, traça as diretrizes, as metodologias adotadas, os aspectos da mudança na estratificação com base em faixas de rendimento, bem como problematiza os limites da “nova classe média” e discute a relação do estudo com a vulnerabilidade social.

⁴ Na estatística, percentis são medidas fracionadas que tomam como base o número 100. As rendas utilizadas para compor o conceito de “nova classe média” pela SAE/PR foram obtidas na PNAD (2012). Então, para obter-se a renda média, seriam excluídos aqueles que recebiam as rendas mais baixas (os primeiros 25%, partindo daqueles sem renda) e as mais altas (os últimos 25%), considerando-se para o cômputo o *grupo do meio* (os 50% restantes). Entretanto, após longos cálculos para a obtenção de um grupo com menores possibilidades de retorno à condição de vulnerabilidade social (grupo do qual fazem parte os 25% com menores rendas), e com potencial de ascensão ao agrupamento com as maiores renda, alcançou-se a definição dos percentis de renda média que definiram a “nova classe média”, partindo do *limite inferior* 34 e considerando-se o *limite superior* de 82.

- SAE/PR (2012c): “A Nova Classe Média Brasileira: desafios que representa para a formulação de políticas públicas”. É um documento de 20 páginas que apresenta oito desafios para a definição e o surgimento da “nova classe média”.
- SAE/PR (2012d): “Vozes da Classe Média: é ouvindo a população que se constroem políticas públicas adequadas”. Documento de 52 páginas que dimensiona o “tamanho da classe média”, as características de gênero e raça, os mecanismos de ascensão, o comportamento e a opinião.
- SAE/PR (2012e): “Vozes da Classe Média - Caderno 2”. É um documento de 60 páginas com foco na problemática da desigualdade, na heterogeneidade e na diversidade da “classe média”. Porém, neste documento não há referência ao termo “nova”.
- SAE/PR (2013a): “Vozes da Nova Classe Média – Caderno 3”. É um documento de 132 páginas com foco no empreendedorismo. Neste documento há referência ao termo “nova”.
- SAE/PR (2013b): “Vozes da Nova Classe Média – Caderno 4”. Documento de 114 páginas onde há a apresentação da situação do mundo do trabalho e aspectos para o aumento da renda.

Ressaltamos que nos estudos da SAE/PR, em que houve a institucionalização do conceito da “nova classe média” brasileira, foram calculadas as probabilidades de retorno ou permanência à condição de pobreza, chegando-se ao recorte de percentil da renda, correspondendo às posições 34.º a 82.º, entre as rendas de R\$ 291,00 e R\$ 1.019,00. Em sentido prático, se todas as rendas *per capita* das famílias brasileiras em 2012 fossem colocadas em uma régua com 100 divisões, a “nova classe média” estaria entre as famílias que recebiam entre o 34.º e o 82.º recortes.

Entretanto, a análise conjuntural e estrutural do Brasil atual possibilitou-nos ampliar o debate e compreender que tal discurso é apenas uma percolação das artimanhas do poder no país, valendo para compreendermos como o conceito foi institucionalizado. Tais artimanhas, em consonância a outros fatores e ideologias, impactaram a classe trabalhadora a ponto de desarticular parte dela visando à aprovação da redução dos direitos constitucionais no século XXI. Com a democracia e a Constituição ameaçadas, a ressignificação das formas de manutenção da colonialidade do poder é ainda mais perceptível para parte dos críticos.

A apropriação de discursos⁵, sobretudo de religiosidade cristã, fomentou intensos estímulos de ódio, que se manifesta de forma ascendente no Brasil atual. Isso porque a aprimoração da eloquência aliou-se a demais pautas de aprovação popular visando à ascensão ao poder político, à manutenção das hierarquias históricas de opressão, ao controle e à intolerância. O resultado disso é o aumento das bancadas informais⁶ no Congresso Nacional que se apresenta como religiosa (cristã), ruralista e empresária, por exemplo.

OS SUJEITOS DO TRABALHO E AS CONTRADIÇÕES DO SISTEMA CAPITALISTA

O tempo é um fator importante para a compreensão da acumulação capitalista. Utilizado como variável para a definição do valor pago aos trabalhadores, o tempo é ainda inerente à produtividade, à mais-valia, bem como às demais condições de existência dos sujeitos. No caso dos trabalhadores, o tempo tem sido utilizado para a maximização dos lucros do capitalista a partir da superexploração.

O mecanismo consiste em intensificar as jornadas de trabalho, não apenas diárias ou semanais, mas ao longo da vida dos sujeitos do trabalho. Nessa leitura, a dinâmica do trabalho, ressignificado no contexto atual, é pautada pela intensificação das jornadas laborais. Ou seja, exige-se cada vez maior produção em menor tempo, além de se cobrar dos sujeitos do trabalho um preço pela conquista da longevidade: maior tempo de trabalho para a garantia do direito à aposentadoria, constantemente ameaçado.

Nesse sentido temos a definição estrutural da sociedade capitalista: de um lado estão os capitalistas, que possuem o meio de produção, controlam e exploram os trabalhadores para a geração de valor que lhes permita acumulação; de outro lado estão os proletários, sujeitos despossuídos dos meios de produção e que vendem a sua força produtiva para a garantia das condições de existência a partir do recebimento de valor monetário pago pelos capitalistas. Nesta perspectiva, o sistema capitalista é entendido pelo prisma da desigualdade, da contradição e da acumulação, mas também pelo conflito de classe.

⁵ Cabe ressaltar nosso respeito a todas as religiões, crenças e divindades. Nesse tópico apenas destacamos a apropriação dos discursos religiosos em redes de discursos de ódio e direcionados a específicos agrupamentos e diversidades.

⁶ As *bancadas informais, temáticas ou suprapartidárias* são agrupamentos de parlamentares que possuem interesse em comum, podendo, em certos momentos, se reunir para a votação de pautas que lhes beneficiem, mesmo que tais pautas não sejam oriundas de seus partidos políticos ou se relacionem às suas profissões

Alves e Selegrin (2011) definem:

Para nós, enquanto ‘classe’ diz respeito ao sujeito histórico capaz de ação social e política, em si e para si (e para além de si), capaz de ‘negação da negação’ da alienação em suas múltiplas determinações; a ‘condição de proletariedade’ designa a condição existencial objetiva historicamente constituída pelo modo de produção do capital e no interior da qual pode (ou não) se constituir o sujeito histórico de classe (Alves; Selegrin, 2011, p. 72).

Da mesma maneira que há a compreensão da classe a partir da posse ou não dos meios de produção, pode haver o entendimento da classe mediante a sua relação com o trabalho, como nos acrescenta Lênin (1979).

Chamam-se classes a grandes grupos de homens que se diferenciam pelo seu lugar no sistema historicamente determinado de produção social, pela sua relação (na maioria dos casos confirmada e precisada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, por conseguinte, pelos meios de obtenção e pelo volume da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de homens em que uns podem apropriar-se do trabalho dos outros graças à diferença do lugar que ocupam num sistema da economia social (Lênin, 1979, p.13).

Thompson (1987) entende a classe como fenômeno histórico que une processos contínuos, não sendo uma estrutura ou categoria dotada de interesses antagônicos:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus (Thompson, 1987, p. 10).

Assim, a classe social necessita ser entendida a partir da própria contradição, da consciência e do conflito. Entretanto, os discursos engendrados para impactar na consciência e na identidade de classe buscam a efetivação da fragmentação dos sujeitos do trabalho para inibir as resistências. Um destes discursos foi institucionalizado pela SAE/PR em 2012: a formação de uma “nova classe média”. O conceito é fundamentado na estruturação de classes sociais a partir de frações de renda. Indo ao encontro deste conceito, temos a definição de “cigarras”, simbolizando os indivíduos considerados “aproveitadores” e “formigas”, representando os “produtores”. A fábula da “cigarra” e da “formiga” é discutida como contradição de classe, também lida na perspectiva da renda, pela FGV (2009).

Tais discursos têm como objetivo, além da captura da subjetividade dos trabalhadores, a fragmentação das resistências, mas, também, a apropriação das ideias da elite por parte dos sujeitos do trabalho. Quando esse conjunto de intencionalidades é exitoso, as estruturas de poder (político, econômico e informacional) são mantidas e, na América Latina,

reproduzem elementos da colonialidade⁷. A colonialidade do poder entende as contradições do sistema capitalista na perspectiva do controle e da manutenção das relações sociais como resultantes da dualidade: exploradores e grupos subalternizados.

Além do mais, a efetivação dos discursos e demais estratégias das estruturas de poder perpassam a expropriação. Assim, as estratégias do sistema capitalista ressignificam e congregam o controle do poder e a expropriação. O controle dos meios de produção, por parte dos capitalistas, é uma busca desde a gênese do sistema. Associado a isso, temos ainda a expropriação do conhecimento dos sujeitos do trabalho.

O controle do poder político, econômico e da informação possibilita a concentração e a reprodução da colonialidade do poder. As estruturas estão definidas desde a colonização e são eurocentradas. As políticas públicas, os direitos constitucionais e a democracia são, historicamente, apropriados pelos detentores de outros poderes, o que leva os sujeitos do trabalho a serem cada vez mais expropriados.

Para a efetivação da agenda neoliberal na atualidade são utilizados discursos, presentes em documentos estatais, propagandas ou mesmo em falas públicas dos detentores dos poderes políticos, econômicos e da informação. Há diferentes hierarquizações da sociedade, sobretudo na perspectiva da média de renda que, na verdade, impossibilitam o debate acerca da concentração de renda e riqueza, além de mascararem as contradições do sistema. Em relação ao trabalho, há a intensificação das jornadas, cada vez mais precarizadas, desreguladas e instáveis. Além disso, as contrarreformas, trabalhista e previdenciária, efetivadas no século XXI, ampliaram o desemprego ou mesmo a geração de postos de trabalho com menores remunerações e intensamente subordinados à acumulação capitalista.

Associados a esses elementos, temos a ampliação da criminalização dos movimentos de resistência, sobretudo após o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, e as eleições de 2018. Outra lógica apresentada nesta estrutura é a culpabilização dos sujeitos do trabalho pela sua condição de vulnerabilidade social ou mesmo pelo retorno à condição de extrema pobreza. Na realidade, estas são peças necessárias para a expropriação de direitos

⁷ Para compreender a colonialidade do poder, Quijano (2005) apresenta um histórico acerca da servidão e da desigualdade social na América Latina. O autor apresenta um padrão de poder baseado na naturalização da inferioridade a partir de uma diferenciação racial. Ou seja, num discurso colonial, um grupo seria biologicamente inferior – neste caso, os conquistados, os povos originários e os povos escravizados. Essa reflexão, na visão do autor, necessita ser desconstruída. Essa ideia colonial legitimou a dominação dos povos originários da América Latina, ainda comparecendo em diferentes discursos relacionados às minorias sociais e ao acesso à renda e à riqueza. Quijano refere-se também a um controle mundial das formas de trabalho, de recursos e de produtos a partir do capital e do mercado, tendo como centralidade os padrões analíticos eurocêtricos.

e para a ameaça à democracia que são ainda mais incisivas aos sujeitos do trabalho, sobretudo àqueles historicamente subalternizados.

Os diferentes discursos apresentados neste artigo nos permitiram entender o controle do poder político em articulação aos poderes econômicos e da informação. Um exemplo é o documento Brasil 3 Tempos, da NAE/PR (2006), que destacava temas discutidos como estratégicos para o “desenvolvimento” do país, dentre os quais destacamos as ações afirmativas de inclusão social, agricultura e pecuária, a Amazônia, a biodiversidade, as contas públicas, a desigualdade social, a educação, os investimentos em ciência e tecnologia, o emprego, as relações trabalhistas, o sistema previdenciário e o Sistema Único de Saúde (SUS). Nos anos subsequentes ao documento, percebemos a efetivação de vários pontos pensados no começo do século XXI, a exemplo da possibilidade de negociação entre empregador e trabalhador e da redução de recursos públicos, mais intensos na educação, saúde, ciência e tecnologia.

OS SUJEITOS DO TRABALHO E A EXPROPRIAÇÃO DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS

Diferentes elementos não compareceram no discurso da “nova classe média” de 2012, por exemplo, o endividamento dos sujeitos do trabalho, as desigualdades no acesso à renda – sobretudo na perspectiva de gênero, raça ou local de residência –, bem como as relações de trabalho infantil, escravo e doméstico. Escondeu, ainda, o distanciamento da renda média brasileira em relação à renda necessária para a manutenção das condições de existência e da garantia de acesso aos direitos constitucionais. Outro elemento fundamental para a compreensão da conjuntura otimista celebrada pelos proponentes da “nova classe média” foi o aumento da renda decorrente da estabilidade e o crescente número de postos de trabalho formais.

Essa dinâmica do sistema capitalista, na perspectiva da colonialidade do poder, se manifesta no espaço geográfico. Por entender a classe social distanciada das frações de rendimento, buscamos, nesta análise, a desconstrução do conceito da “nova classe média”, muito além da própria renda. Nesse sentido, buscamos, nos sujeitos do trabalho residentes na Região Metropolitana de Goiânia e entrevistados em 2017, os elementos não monetários para compreendermos a classe social. Para isso, fizemos uso de metodologia desenvolvida

especificamente para a especialização dos sujeitos do trabalho, chamados pela SAE/PR (2012) de “nova classe média”.

Foram visitados os vinte municípios da RMG (Região Metropolitana de Goiânia): Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio, Senador Canedo, Terezópolis e Trindade. Em Goiânia, foram visitados os bairros: Cândida de Moraes, Goiânia Viva, Jardim Curitiba, Jardim Nova Esperança, Jardim Novo Mundo, Jardim Primavera, Parque Oeste Industrial, Parque Santa Rita, Residencial Beatriz Nascimento, Santo Hilário, São Judas Tadeu, Vera Cruz, Vila Finsocial, Vila Mutirão, Vila Pedroso, além de dois aglomerados subnormais: Emílio Póvoa, Guanabara I, Quebra Caixote.

Aglomerado subnormal é definido da seguinte forma:

É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa (IBGE, 2010a).

Foram entrevistados 338 sujeitos do trabalho. Entrevistamos trabalhadores empregados ou não, com 18 anos ou mais, sem distinção de gênero, raça, escolaridade ou outro fator. A maioria dos respondentes era composta por mulheres autodeclaradas pardas ou pretas. Destacavam-se também os casados, com dois a três filhos, cristãos, residentes em moradias próprias. A maioria dos entrevistados informava-se pela televisão aberta, trabalhava mais de 40 horas semanais, com médias a longas horas de atividade doméstica, com pequena participação em movimentos sociais e organizações não governamentais. Os trabalhadores apresentaram uma quantidade superior de número de anos de estudos em comparação aos dados do Censo Demográfico de 2010, com maiores horas de sono durante os fins de semana.

A maioria das trabalhadoras entrevistadas encontrava-se desempregada em dezembro de 2017. Esse fato evidencia um dos fatores que impactaram as mulheres na efetivação da contrarreforma trabalhista e previdenciária: a instabilidade no emprego, percebida, em grande medida, pelas mulheres, as distanciava ainda mais da garantia do direito à aposentadoria. Ressalta-se que, destas entrevistadas, a maioria declarou-se preta ou parda. Grande parcela destas mulheres era responsável pelo trabalho doméstico, em geral, não pago.

As maiores rendas dentre os entrevistados eram percebidas por homens brancos, enquanto as mulheres pretas e pardas eram a maioria dos trabalhadores sem renda no momento da entrevista. O endividamento dos sujeitos do trabalho era maior a partir de compras por meio de boletos a prazo e com cartões de crédito. Empréstimos e financiamentos bancários também foram apontados como destaques para o comprometimento da renda individual ou familiar.

Os entrevistados se posicionaram em relação a diferentes pontos: a maioria ressaltou que a crise econômica afetou negativamente as suas vidas; aprovava políticas afirmativas para acesso à universidade pública, aos programas sociais e à previdência social. A maioria entrevistada discordava do aumento do tempo de contribuição para a garantia da aposentadoria pública. Os trabalhadores se posicionaram insatisfeitos com a situação brasileira, fosse política ou econômica, tomando por base o ano de 2017.

Como dissemos, o poder político está alinhado ao econômico e à informação para a garantia da acumulação e, no caso brasileiro, para a reprodução da colonialidade do poder. Enquanto os candidatos ao Congresso Nacional apresentam-se como *porta-vozes* dos trabalhadores e em busca de uma *renovação*, discutimos elementos fundantes e fundamentais do alinhamento dos poderes no país. Ao analisarmos os discursos dos presidentes eleitos, ou não, para as legislaturas no século XXI, percebemos um progressivo compromisso com as pautas destinadas à garantia de direitos constitucionais aos sujeitos do trabalho. Ao contrário, na prática, os eleitos para os postos do legislativo e do executivo federal buscaram, de forma majoritária, a desobrigação estatal no cumprimento da Constituição Federal.

Aliás, a maioria dos congressistas eleitos para as legislaturas no século XXI eram empresários ou profissionais liberais. Daí, constantemente observamos a difusão da “necessidade” de desoneração do empresariado dos “pesados encargos trabalhistas”. As bancadas informais reproduzem a lógica de defesa de interesses do grande capital e, em sua maioria, apoiam a desobrigação estatal na garantia dos direitos constitucionais, sobretudo no contexto atual.

Destacamos as áreas de influência da bancada ruralista, inclusive na disseminação de propagandas em defesa do agronegócio. Na análise da área de influência do agronegócio, sobretudo do monocultivo de soja, percebemos a semelhança desta espacialização em relação aos resultados das eleições presidenciais de 2014 e 2018. Notamos, também, que grande percentual de sujeitos do trabalho chamados de “nova classe média” habitava essas áreas.

Nesse sentido, a premissa inicial de nossas discussões fora confirmada: o conceito da “nova classe média” foi estrategicamente institucionalizado para que, em consonância a outras narrativas ideológicas, impactasse na identidade da classe trabalhadora, bem como para que fosse apropriado pelos sujeitos do trabalho visando à redução das resistências frente à expropriação de direitos. O entendimento da celeridade da agenda neoliberal pós-2016 só pode ser pensado a partir do *impeachment*, que, no contexto mais atual, sinaliza para a precarização da vida e do trabalho, bem como para a expropriação de direitos e para a ameaça ao Estado Democrático de Direito, de maneira mais célere e intensa.

Há que se ressaltar ainda o aumento da desinformação, a qual influencia não apenas os processos eleitorais, mas também a opinião dos trabalhadores acerca da expropriação dos direitos e da manutenção da democracia. De maneira prática, comparamos os resultados da pesquisa de doutorado em Geografia em 2017, segundo a qual os entrevistados mostravam-se contrários ao aumento do tempo de contribuição para a aposentadoria, com a opinião emitida pelos sujeitos do trabalho em 2019, os quais majoritariamente aprovavam as políticas públicas e a previdência social.

Em 2019, auge da contrarreforma sobre a qual discutimos aqui, grande parcela de trabalhadores admitia a perda de direitos visando à manutenção da oferta de trabalho, mesmo que tal oferta fosse instável e destituída de garantias sociais e previdenciárias. Essas informações nos dão o tom da relevância em desconstruirmos conceitos e discursos difundidos pelos detentores dos poderes político, econômico e da informação, movimento que nos motivou sobremaneira nesta análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dissemos, a contrarreforma trabalhista efetivada em 2017 ampliou a possibilidade de tipos de empregos instáveis, informais, subcontratações, terceirizados, dentre outros. Efetivamente, quase três anos após sua aprovação, o desemprego continua a afetar acima de 10% da população economicamente ativa. Esses dados apenas não são maiores porque são desconsiderados como desempregados milhões de trabalhadores subcontratados, os quais ora recebem baixas remunerações, ora atuam no mercado informal, ora trabalham de forma intermitente, ora são *uberizados*, *pejotizados* e autônomos. Grande parcela dos sujeitos do trabalho está cada vez mais distanciada do acesso à aposentadoria

pública, devido a esses fatores, e se associou à aprovação da contrarreforma previdenciária de 2019.

Nosso objetivo inicial, durante a pesquisa de doutoramento, era o de desconstruir o conceito de “nova classe média”, a partir das contradições da própria renda média e a partir dos sujeitos do trabalho que se manifestaram resistentes à agenda neoliberal intensificada no país, sobretudo a partir do *impeachment* de 2016. Entretanto, observamos que o conjunto de discursos massificados no país – discursos cujos intuitos eram garantir a materialidade das intencionalidades do capital e ameaçar os direitos constitucionais e a democracia brasileira – impactou na opinião dos sujeitos do trabalho.

A ciência geográfica nos oferece imensos recursos para refletirmos acerca das contradições do sistema capitalista e de seus desdobramentos na precarização do trabalho e da vida da classe trabalhadora, dentre eles a dinâmica socioespacial decorrente da efetivação de discursos e estratégias neoliberais e do conflito de classe.

Longe de saturarmos as discussões, entendemos o sistema capitalista como contraditório e palco da manutenção das estruturas de poder e ideologias. Diante do exposto, nos questionamos: quais os caminhos para o enfrentamento da lógica capitalista atual? Somente com a superação do sistema ocorrerá ruptura com as contradições que são inerentes e fundantes ao capitalismo. E este passo só será efetivo a partir da consciência de classe dos sujeitos do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. A. P.; SELEGRIN, E. F. R. A condição de proletariedade: esboço de uma analítica existencial da classe do proletariado. **Revista Mediações**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 71-90.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2015.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CHAUÍ, M. Uma nova classe trabalhadora: indagações. In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. (Org.). **Classes? Que classes? Ciclo de debates sobre classes sociais**. São

- Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 87-104, 2012.
- FGV. Consumidores, produtores e a nova classe média: miséria, desigualdade e determinantes de classes. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/ibrecps/cpc/CPC_textofim_neri.pdf. Acesso em: 10/10/2015.
- IBGE. **Censo Demográfico: Aglomerados subnormais: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnor%20mais.pdf. Acesso em: 24/03/2020.
- LENIN, V. I. Uma grande iniciativa (sobre o heroísmo dos operários na retaguarda. A propósito dos ‘sábados comunistas’). In: **Sobre a Emancipação da Mulher**. Traduzido por Maria Celeste Marcondes. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979, p. 150.
- LÖWY, M. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.
- MARX, K. **O capital, Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- MÉSZAROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.
- NAE/PR. Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. In: **Projeto Brasil 3 Tempos: 2007, 2015 e 2022**. Gestão estratégica de longo prazo. Brasília: Publicação da Presidência da República, 2006.
- PNAD. **Microdados reponderados da Pnad 2012**. IBGE.gov, 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-%20amostra-de-domicilios.html?=&t=microdados>. Acesso em: 30/07/2017.
- SAE/PR: **Secretaria de Assuntos Estratégicos**. Presidência da República. Comissão para Definição da Classe Média no Brasil. Issuu.com/sae.pr, 2012b. Disponível em: <https://issuu.com/sae.pr/docs/relatoriocm>. Acesso em: 24/03/2020.
- _____. **A Nova Classe Média Brasileira: desafios que representa para a formulação de políticas públicas**. Issuu.com/sae.pr, 2012c. Disponível em: <https://issuu.com/sae.pr/docs/novaclassemedia>. Acesso em: 24/03/2020.
- _____. **Perguntas e respostas sobre a definição da classe média**. Slideshare, 2012a. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/saepr/cm-imprensa-v401jun2012>. Acesso em: 24/03/2020.
- _____. **Vozes da Classe Média: Caderno 2**. Desigualdade, Heterogeneidade e

Diversidade. Brasília: Marco Zero, 2012e. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/doc/Cartilha-Vozes-Classe-Media.pdf>. Acesso em: 24/03/2020.

_____. **Vozes da nova classe média: Caderno 3.** Empreendedorismo e classe média. Brasília, 2013a. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/saepr/3-caderno-vozes-da-nova-classe-mdia>. Acesso em: 24/03/2020.

_____. **Vozes da nova classe média: caderno 4.** Classe média e emprego assalariado. Brasília, 2013b. disponível em: https://issuu.com/sae.pr/docs/vozes_da_classe_m_dia_-_caderno_04. Acesso em: 24/03/2020.

_____. **Vozes da Classe Média: é ouvindo a população que se constroem políticas públicas adequadas.** Brasília: Marco Zero, 2012d. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/doc/Cartilha-Vozes-Classe-Media.pdf>. Acesso em: 24/03/2020.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Vol. I. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

Submetido em Abril de 2020

Aceito em Agosto de 2020